

NOTAS, NOTÍCIAS E RECENSÕES

A propósito de um Colóquio Internacional sobre Riscos Naturais (Paris, 2002)

Fernando Rebelo

Numa organização conjunta de dois Ministérios franceses (*Ministère de l'Équipement, des Transports, du Logement, du Tourisme et de la Mer* e *Ministère de l'Écologie et du Développement Durable*) e da Universidade de Paris X, Nanterre, efectuou-se em Paris (Grande Arche de la Défense), entre 22 e 25 de Outubro de 2002, um Colóquio Internacional intitulado *Risques Naturels et Aménagement en Europe/Natural Risks and National Development in Europe*.

Dezassete intervenientes de dez países (França, Reino Unido, Suíça, Itália, Espanha, Grécia, Roménia, Hungria, Áustria e Portugal) bem com um representante da Comissão Europeia, na sua maioria convidados a título pessoal, como no nosso caso, expuseram questões relacionadas com a legislação sobre riscos naturais para uma plateia que ultrapassava duas centenas de interessados (224 inscritos).

Único interveniente português, cingi-me ao tema que me foi proposto e que, na versão portuguesa, se publica neste número da *Territorium*. De uma maneira geral, as comunicações responderam a perguntas do género “como é organizado o vosso sistema de gestão do risco?”, “essa organização cobre a prevenção, a protecção e a reparação?”, “que peso ocupam esses diferentes temas?”, “que medidas são hoje privilegiadas?”, etc.

A gestão do tempo de apresentação das comunicações, tal como as especializações variadas dos intervenientes, não permitiu encontrar um fio condutor rígido que permitisse estabelecer comparações como a organização eventualmente desejaria. Mas houve quem desenvolvesse temas de sua experiência que muito enriqueceram os presentes. Por exemplo, Gérald Garry, que há anos tivemos a oportunidade de ouvir num dos Encontros sobre Riscos Naturais em Coimbra apresentou uma comunicação sobre a cartografia dos riscos naturais em França, com grande incidência para os riscos de inundação. O mesmo aconteceu com Gary Lane, relativamente à cartografia das inundações em Inglaterra e País de Gales. No que respeita às inundações na Suíça, Roberto Loat e Markus Zimmermann preocuparam-se mais com a política e a legislação relativas à prevenção dos riscos. A uma escala bem diferente colocou-se o representante da Comissão Europeia, Alfredo Lucia, que envolveu também os riscos tecnológicos em associação com os riscos naturais.

Numa reunião sobre riscos era inevitável a presença de alguém ligado aos Seguros. Roland Nussbaum fez

o ponto da situação dos estudos do *Natural Hazards Working Group* através do relatório da Assembleia Geral do *Comité Européen des Assurances*, que havia sido realizada em 10 de Junho de 2002.

O conhecido geógrafo italiano Mario Panizza apresentou um caso de estudo ocorrido num município do Sul do Tirol, para falar da cartografia dos riscos de movimentos de terras. Bem pelo contrário, um grupo interdisciplinar em que se incluía a geógrafa francesa Yvette Veyret, que também já tivemos a honra de ouvir em Coimbra e de lhe publicar um artigo na *Territorium*, tratou da avaliação das políticas de gestão dos riscos naturais em França.

Tal como nós, o catalão Antoni Roca, o grego Nicolas Rodolakis, o romeno Nicolau Sarbu, o italiano Sandro Silvano e o húngaro Sandor Toth, referiram-se a aspectos diversos da legislação dos seus países sobre riscos naturais.

Claramente que para a maior parte dos europeus os riscos maiores são as inundações. Várias comunicações apresentadas o demonstraram. A legislação sobre essa matéria foi sendo apresentada e criticada por diversos intervenientes, mas ficou claro, pelo menos através da comunicação da britânica Sylvia Tunstall, que, mais do que a legislação, o trabalho intensivo de informação junto das populações é fundamental em termos de prevenção.

Uma comunicação intitulada “Change with change: Challenges in Natural Risk Management”, apresentada pelo austríaco Juergen Weichselgartner funcionou como a conclusão de que o Colóquio necessitava. Como se pode ler no resumo desta comunicação “apesar da análise científica intensiva dos desastres naturais, as perdas causadas pelos processos naturais são globalmente maiores”. Por isso, dizia, a terminar, que “a política de desastre necessita de acções de mitigação agressivas ligando mudanças a curto e a longo prazo no sentido de desorganizar a estrutura interactiva dos processos naturais e então passar-se de actividades reactivas para actividades proactivas”. É caso para sonhar... O Homem ainda não resolveu o problema das secas catastróficas, mas já consegue fazer chover em determinadas circunstâncias. Será que alguma vez vamos ter a ciência e os meios necessários para desorganizar um furacão antes dele atingir terra firme com todo o seu cortejo de desgraças?